

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 54 / 2018

Sumula: “Dispõe sobre a Punição pela Prática de acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências do Serviço de Atendimento Médico de Urgência 192 (Samu) e 193 (Corpo de Bombeiros) e da outras providências.”

Art.1º - Fica instituída a aplicação de multa ao proprietário de linha telefônica ou ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências dos serviços de atendimento Médico de Urgência 192-SAMU e 193- CORPO DE Bombeiros .

PARÁGRAFO ÚNICO - Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento, salvo nos casos de erro justificável devidamente comprovado.

Art.2º - A multa que se refere o ART. 1º desta Lei será de 5 (cinco) UFMs podendo ser cobrado em dobro no caso de reincidência.

Art.3º - Os órgãos responsáveis pelo SAMU 192 e Corpo de Bombeiros 193 deverão anotar o número telefônico de onde se originou o trote e enviar ofício às empresas prestadoras de serviços telefônicos para que informem os dados do proprietário.

§ 1º - As empresas prestadoras de serviços telefônicos terão o prazo de 30(tinta) dias para fornecer as informações , sob pena de multa de 20 UFMs duplicando-se tal valor em caso de reincidência.

11/01/18
aloula

Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

§ 2º - As ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em relatório separado para o futuro levantamento de incidência geográfica e posterior identificação pelo órgão competente, podendo ser adotadas medidas preventivas .

§ 3º - Havendo possibilidade da identificação do autor do acionamento indevido por telefones públicos, esse será responsabilizado e deverá ser penalizado na forma desta Lei.

Art.4º - Identificado os proprietário da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido ,na forma prevista no artigo anterior , será lavrado Auto de Infração contra o infrator e aplicado a multa correspondente .

PARÁFRAGO ÚNICO - Apos o recebimento do Auto de Infração, os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa por escrito junto ao órgão competente , que poderá acatar o pedido , cancelando a aplicação da multa que trata o caput.

Art. 5º - Não havendo o pagamento da multa pela via administrativa, o Município poderá realizar a cobrança pela via judicial.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Termos em que, pede deferimento,

Campo Largo, 17 de Abril de 2018



Márcio Ângelo Beraldo
Vereador